

Para governar e mudar o Brasil ¹

César Benjamin ²

A) Diagnóstico da realidade brasileira

1. Os últimos 25 anos criaram uma realidade nova no Brasil. Transitamos da condição de uma economia de alto crescimento para a de uma economia de baixo crescimento; a renda *per capita* estagnou; aprofundamos a nossa posição periférica no mundo; urbanizamos maciçamente a população; eliminamos os principais mecanismos de mobilidade social; colocamos o Estado nacional na condição de refém do sistema financeiro; criamos grandes bolsões de desemprego estrutural; fechamos a fronteira agrícola instalando nas áreas novas uma estrutura de propriedade da terra ainda mais concentrada que a das áreas de ocupação secular; constituímos um poderoso oligopólio privado, socialmente irresponsável, na área de comunicação de massas.

Atuando de forma combinada, esses processos lançaram o Brasil em tremendos impasses. Há um mal-estar disseminado e crônico que, de tempos em tempos, se torna agudo e dramático. As pessoas reconhecem o perigoso presente em que vivem e pressentem um futuro incerto para si e para seus filhos. A necessidade de transformar as circunstâncias vigentes é clara, mas o caminho para isso permanece indefinido. Sem ter sido tomada, a decisão de mudar fica pendente, mas a necessidade de tomá-la não desaparece. Isso é a crise.

¹ Esta comunicação é uma versão resumida do texto apresentado pelo autor para debate na campanha presidencial de 2006. A versão completa encontra-se disponível em <http://www.contrapontoeditora.com.br/editorial.cfm>.

² César Benjamin é autor de dezenas de artigos e livros, como “A opção brasileira” (Rio de Janeiro, Contraponto, 1998, nona edição) e “Bom Combate” (Rio de Janeiro, Contraponto, 2004). Trabalhou na Fundação Getúlio Vargas, na Escola Nacional de Saúde Pública, na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, na Prefeitura do Rio de Janeiro e na Editora Nova Fronteira. Deu cursos regulares em história do pensamento econômico, macroeconomia, economia brasileira, jornalismo científico, meio ambiente e ciências sociais em universidades e empresas. É doutor honoris causa pela Universidade Bicentenária de Aragua, Venezuela.

2. Ficou pequena a política brasileira. Foi despolitizada, reduzida a doses cavalares de *marketing* e a um conjunto de pequenos acordos, tudo a serviço da conquista e da preservação de posições de poder. Nada mais há de libertário nela. Nenhum impulso de superação do que existe. Nenhuma ligação com fins e valores. Os políticos, em geral, esforçam-se por se adaptar ao que a sociedade é, ou parece ser, conforme lhes informam as minuciosas pesquisas de opinião. Não aceitam correr o risco de pensar no que ela não é, nem parece ser, *mas pode vir a ser*. São incapazes de despertar qualidades novas que estejam latentes.

O futuro que resulta do somatório das ações dessa pequena política, fabricada com sucessivas operações de curto prazo, é apenas o prolongamento do presente. Não contém o caráter novo de um verdadeiro futuro. Ficamos marcando passo, sem sair do lugar.

3. Assim governado, o Brasil perdeu a capacidade de propor a si mesmo grandes questões e enfrentar desafios. Está à deriva. O debate gira em falso, em torno de platitudes, falsificações e insignificâncias. O país parece estar sempre em busca de atalhos. Não enfrenta seus grandes problemas, não aproveita suas grandes potencialidades. Nas campanhas eleitorais, o povo é infantilizado, e os candidatos, o mais das vezes, disputam quem promete fazer mais caridade. Não debatemos as questões fundamentais: Qual o sentido de existir Brasil? O que nos une? Por que perdemos a capacidade de nos desenvolver? Que tipo de desenvolvimento nos interessa? Quanto esforço ele exige? Queremos mesmo nos autogovernar? Quais os custos associados a essa decisão? Qual o nosso lugar no mundo contemporâneo? Que decisões, tomadas hoje, podem demarcar a nossa trajetória no século XXI?

4. Estamos em uma encruzilhada. Nossa história registra um enorme êxito: tendo como ponto de partida grupos desenraizados, retirados de seus ambientes de origem, fomos capazes de criar um povo novo. Primeiro indígenas, portugueses e africanos, depois, gente do mundo inteiro formaram um grande contingente humano, uno e diversificado, dotado de características próprias, que inexistia há relativamente poucas gerações. Falamos a mesma língua, habitamos um território generoso, fundamos um Estado, estruturamos um sistema econômico, constituímos memória e sentimentos comuns. Estamos unidos por uma clara

identidade nacional. Ela não tem raízes em um passado que nos fascine, em idéias de raça ou de religião, em vocação imperial, em xenofobias e ódios, em qualquer tipo de arrogância. Olhamos sempre para o futuro, somos abertos ao que é novo, aceitamos a diferença e temos na cultura – uma cultura de síntese – a nossa razão de existir. Somos o maior povo novo do mundo moderno.

Nossa história também registra, porém, um enorme fracasso: esse povo não assumiu até hoje o comando de sua Nação. O estatuto colonial originário transmudou-se em dependência externa; o escravismo prolongado, em gigantescas desigualdades sociais.

Até recentemente, essa situação podia perpetuar-se, com alto custo humano, sem comprometer a nossa existência. Agora não pode mais: o crescimento demográfico, a concentração em grandes cidades, o acesso à informação e a maior capacitação técnica colocaram o nosso povo diante de um dilema incontornável. Cada vez mais, ele pode e precisa tornar-se o agente da sua história.

Eis a encruzilhada: o Brasil, que desde a origem organizou-se para servir ao mercado mundial, terá de organizar-se para si mesmo. O Brasil de poucos terá de ser o Brasil de todos. Se formos incapazes de dar esse salto, nossa existência como nação soberana e sociedade organizada estará em perigo. Seria mais realista dizer: já está em perigo, pois o caminho que temos trilhado é exatamente o oposto.

5. A atual crise brasileira é dolorida, profunda, duradoura. Mas contém perspectivas de futuro. A solução que tem predominado é a da apartação, do medo e do ódio. Ela não pode prosseguir, pois já fracassou. Agora, alimenta explicitamente forças centrífugas que apontam para o rompimento dos vínculos históricos e socioculturais que até aqui mantiveram, em algum nível, juntos os cidadãos.

Os grupos mais bem-posicionados para participar do mercado mundial tentam desfazer qualquer contato com os demais, desligando seu padrão de vida, seus valores, a forma de denominar e investir sua riqueza – portanto, o seu próprio destino – dos padrões, valores e destino do país como um todo. Pedem a criação de instituições blindadas e áreas de circulação restringida, onde a competitividade, a lucratividade, a velocidade e o pragmatismo, bem como o estilo de vida a eles associado, possam se ostentar sem empecilhos.

É uma solução impossível. Essas instituições e áreas permanecem imersas em um território físico e social muito maior, que contém população diferenciada, necessidades várias, comportamentos múltiplos, problemas outros. É uma ilusão achar que elas possam desatar os laços que as ligam ao contexto em que estão.

O resultado é que se debilitam rapidamente, entre nós, as bases de uma sociabilidade civilizada: um regime comum de valores, caminhos de mobilidade social ascendente, a idéia de um futuro em construção. As conseqüências disso, em prazo já não muito longo, são imprevisíveis.

6. Defendemos outro caminho: refundar a Nação para promover o encontro dos brasileiros. Isso só será possível a partir de um processo de mudança que, ao fim e ao cabo, transfira aos grupos sociais que vivem no mundo do trabalho e da cultura os principais instrumentos de poder. Socialismo ou barbárie.

Detêm o poder aqueles grupos que controlam recursos e instituições decisivas na organização da vida social. Graças a tal controle, fazem com que a sociedade funcione de forma subordinada aos seus interesses. Alterar o sistema de poder é transferir esses recursos e instituições a outros grupos sociais, o que significa democratizá-los.

7. Precisamos democratizar a riqueza. Isso exige, desde o primeiro momento, um conjunto de medidas voltadas para reformar o sistema financeiro, para colocá-lo a serviço da sociedade, de modo a aumentar a oferta de financiamento aos investimentos prioritários e ampliar o acesso ao crédito. Os bancos que operam no Brasil cresceram, modernizaram-se tecnologicamente e experimentaram grande concentração. São extremamente lucrativos. Mas tudo isso foi feito sem que eles fossem parceiros de um projeto maior de desenvolvimento. Sua rentabilidade depende, em grande medida, do mercado de títulos públicos, onde se beneficiam dos subsídios representados pelas elevadas taxas de juros. Além disso, é preciso reformar o sistema tributário, altamente regressivo, pois baseado em impostos indiretos e no imposto de renda que recai sobre os assalariados.

8. Precisamos democratizar a terra, o principal recurso natural do país. Democratizar a terra é torná-la fonte de empregos, alimentos e renda. E é também democratizar o poder, pois na maior parte do país quem tem a terra tem o poder.

9. Precisamos democratizar a informação que, em uma sociedade de massas, determina a formação de opiniões e valores, desempenhando assim um papel central na organização social e política³. Para libertar o potencial criador da sociedade, estabelecer autenticidade na comunicação, garantir o pluralismo e difundir valores construtivos do processo civilizatório, a rede de televisões e de rádios deve ser reorganizada na forma predominante de um espaço público, nem governamental nem privado. O advento das tecnologias digitais permite que essa transição seja realizada dentro dos novos marcos legais que serão definidos. Isso exigirá revogar as decisões anunciadas pelo atual governo e retomar o desenvolvimento do padrão digital brasileiro, com ampla consulta à sociedade sobre o melhor modelo institucional a ser adotado.

10. Precisamos democratizar o acesso à cultura, essencial para a construção da cidadania⁴. É pelo acesso à cultura que um povo expressa melhor conceitos e sentimentos, domina bem a língua que fala, reafirma sua identidade, amplia seu horizonte de direitos, aumenta sua capacidade de organização, comunica-se melhor consigo mesmo e com outros povos, aprende novas técnicas, conhece o que de melhor a humanidade produziu na ciência e na arte.

11. Os últimos dezesseis anos têm sido marcados por uma prolongada contra-reforma conservadora que demoliu quase todos os avanços democráticos da década de 1980. Assistimos a um golpe de Estado dado por partes, estendido no tempo. A Constituição brasileira foi esquartejada por meio de decisões sucessivas, tomadas de forma discreta,

³ Em nível nacional, apenas seis conglomerados recebem quase 90% do faturamento dos meios de comunicação de massa. Na maior parte do Brasil, a situação mais comum é a de monopólios regionais que associam em uma mesma família, ou grupo, a propriedade de praticamente toda a comunicação de massas, o controle da política local e os cargos de representação nos níveis estadual e federal. A censura é praticada diariamente em instituições privadas muito hierarquizadas.

⁴ Cerca de 13% de brasileiros com mais de quinze anos são analfabetos. Se a eles somarmos os chamados analfabetos funcionais – pessoas que escrevem o próprio nome, soletram palavras, mas não conseguem redigir

negociadas não se sabe como, que a sociedade não acompanhou, nem compreendeu, nem controlou, nem sequer foi chamada a referendar. O papel do Estado foi erodido e debilitado. A renda do trabalho, como proporção da renda nacional, despencou. O sistema de Seguridade Social foi retalhado. Os direitos trabalhistas ficaram sob ameaça. Restou apenas o futuro opaco que resulta do jogo de mercado, lançando a sociedade em uma competição feroz que só interessa aos mais fortes.

Nada disso foi decidido pelos brasileiros de forma livre e consciente. Programas semelhantes foram implantados em muitos países, sempre com o patrocínio e a inspiração do sistema financeiro internacional e as instituições que ele controla, com a conivência de parceiros internos. Seus aspectos comuns são o desmonte dos mecanismos de solidariedade social, o enfraquecimento dos Estados nacionais e a subordinação crescente de cada economia aos movimentos voláteis do grande capital.

12. Os monumentais fracassos dessas políticas são sempre imputados aos elos mais fracos. Dentro de cada sociedade, o indivíduo é culpado pela sua exclusão, como se não vivesse imerso em relações sociais que são decisivas para definir as oportunidades que terá. No sistema internacional, os efeitos da desordem financeira são jogados nas costas dos países periféricos, pois as crises recorrentes teriam origem em ambientes domésticos insuficientemente adaptados ao receituário universal da modernidade. O modelo de economia e de sociedade proposto não pode ser julgado, pois nunca está completamente implantado. A conclusão se repete monotonamente: dobrar a aposta, seguir em frente, produzir mais do mesmo, pois sempre falta fazer novas supostas “reformas”.

Sujeitado a esse pensamento, o Brasil se tornou incapaz de definir uma agenda própria de desenvolvimento. Deixou de reconhecer seus problemas e suas potencialidades. Abandonou a idéia de ter um projeto. Acostumou-se a viver em crise crônica. Aceitou a tirania das questões de curto prazo. Passou a gravitar em torno de temas artificiais e importados.

13. Mantivemos as formalidades democráticas na esfera política, o que é positivo, mas uma sociedade tão desigual e apartada não pode experimentar a democracia como uma

uma carta ou ler um pequeno artigo –, chegaremos à espantosa percentagem de 75%, conforme levantamento

experiência vivida. Grande parte do povo brasileiro não tem assegurados direitos humanos fundamentais, a começar pelo direito à vida. E nosso sistema político vem se mostrando incapaz de produzir decisões que defendam os interesses estratégicos do país.

Submetido a um estilo de governabilidade baseado no loteamento de cargos e na corrupção, o Estado nacional vive uma situação terminal. Perdeu a capacidade de planejar e de coordenar decisões. Não consegue formular um projeto e, muito menos, sustentá-lo coerentemente no tempo. Grande parte dele está controlada por máfias. Trata-se, agora, de salvá-lo, o que exige alterar a relação que os diferentes grupos sociais têm com ele.

Há muitos anos, forças de natureza supranacional, representantes de rentistas, credores da dívida pública, controlam diretamente duas instituições-chave: o Ministério da Fazenda e o Banco Central. A partir dessas posições, definem as políticas monetária, cambial e fiscal, e comandam a execução do Orçamento da União, assim subordinando a ação de todo o Estado nacional. Apropriam-se de grande parte dos recursos públicos e querem sempre mais.

Forças de natureza subnacional apresentam-se no jogo político por meio, principalmente, das bancadas formadas no Congresso Nacional – as bancadas do agronegócio, dos meios de comunicação, das escolas privadas etc – e, a partir delas, barganham seus interesses com o Executivo dominado pelo sistema financeiro. Apoderam-se de partes inteiras do Estado, dadas em concessão.

O povo pobre, que se pronuncia a cada quatro anos nas eleições, recebe políticas compensatórias.

14. Esse arranjo político tem-se mostrado funcional para manter o Brasil na condição de plataforma de valorização do capital financeiro. Submetidos permanentemente à ameaça de fuga de capitais, passamos a viver em situação de eterna emergência econômica, às vezes aguda, às vezes latente, dependendo tão-somente dos humores dos chamados investidores internacionais.

A questão de fundo é de natureza política: devemos manter o comando do Estado e da economia nacional nas mãos daqueles que não têm compromisso com a construção da Nação? Devemos viver como reféns de agentes – nascidos ou não no Brasil, não importa –

recente. É um crime contra o Brasil.

que não se integram à nossa sociedade, não se sentem parte dela, não gostam dela, não se misturam com ela, não concebem nela o seu futuro, estão sempre com o pé na porta, prontos para ir embora, e utilizam nosso povo e nossos recursos naturais como instrumentos de valorização de uma riqueza cada vez mais desterritorializada? Nossa resposta é não.

Hoje, esses agentes têm meios de produzir turbulências na economia brasileira se suas imposições não forem atendidas. Será necessário retirar deles tais meios. O arranjo institucional que perpetua essa situação precisa ser desmontado.

15. Embora não consideremos que a crise brasileira seja meramente econômica – ela é uma crise muito mais profunda, que questiona o nosso destino –, este documento não se furtará a enfrentar, com certo nível de detalhe, a questão por todos considerada a mais difícil: há um modelo econômico alternativo e viável, considerando-se as limitações do exercício de governo no contexto das instituições atuais? Quais os primeiros passos? Como esse novo modelo se relaciona com alterações estruturais mais profundas? É o que veremos.

B) A alternativa macroeconômica

16. Se quisermos nos autogovernar, precisamos criar instituições, leis, regras e práticas capazes de reconstruir o espaço monetário nacional e impedir que movimentações especulativas desarticulem, a qualquer momento, a nossa economia. Por isso, *o primeiro conjunto de medidas é aquele que restabelecerá o controle sobre o fluxo internacional de capitais em nosso território*, para devolver ao Estado os graus de liberdade perdidos, de modo a obrigar os investidores, domésticos ou estrangeiros, a acumular recursos em moeda nacional na proporção, na forma e no ritmo que interessam à sociedade como um todo.

Capitais indesejáveis, particularmente os de natureza especulativa, simplesmente não devem entrar no país. Cabe ao Banco Central definir as regras para afugentá-los, sob a forma de impostos e controles. Quanto à remessa de recursos ao exterior, a legislação brasileira em vigor, que vem sendo ignorada, apóia-se no princípio de que só têm direito a sair os capitais que previamente entraram, em proporções adequadas. Residentes não têm direito de exportar capital, podendo fazê-lo desde que autorizados a isso, conforme regras estabelecidas pelo Banco Central. Da mesma forma, empresas que não geram cobertura

cambial em suas operações só devem endividar-se no exterior ou ser desnacionalizadas quando devidamente autorizadas. É da defesa da economia nacional, vista como um todo, que se trata aqui.

17. O controle sobre a movimentação de capitais especulativos permitirá reorganizar a atuação das instituições que comandam, ou deveriam comandar, a nossa economia. Hoje, a política econômica começa na definição, pelo Banco Central, das taxas de juros que o sistema financeiro considera adequadas para não abandonar a moeda nacional. Para suportar essas taxas, o Estado brasileiro necessita retirar do seu Orçamento vultosos recursos. Parte significativa dos tributos recolhidos da sociedade se esteriliza na forma do famoso superávit primário, entregue aos especuladores. O Orçamento da União é esquartejado na boca do caixa para caber no que sobra. Como a despesa financeira está solta, todas as demais têm de ser fortemente vigiadas e contidas. O superávit primário ganha um *status* compulsório, e as despesas que compõem o orçamento de custeio e de capital passam à condição de resíduo.

O Brasil funciona, pois, sem Orçamento. Ao longo do ano, agrupamentos e *lobbies* lutam para definir quais gastos serão de fato efetuados e quais serão “contingenciados”. Dono da chave do cofre, o Ministério da Fazenda apequena e subordina os demais ministérios, enquanto o Executivo apequena e subordina o Legislativo. Tudo depende de decisões casuísticas, negociadas caso a caso, que não obedecem a um projeto e abrem os espaços para a perpetuação do fisiologismo e da corrupção. As relações entre os poderes deformam-se estruturalmente. Nenhum deles controla, de fato, os gastos públicos.

18. A arquitetura institucional da nossa política econômica está virada de ponta-cabeça. Em vez de manejar a dívida pública como um instrumento de política econômica, como fazem todos os países organizados, o Estado brasileiro é manejado por ela, por meio de um Banco Central independente, opaco, intimamente ligado ao sistema financeiro, permanentemente contracionista, inimigo do crescimento e socialmente irresponsável, que se sobrepõe ao poder político da Nação.

Alterar o *modus operandi* do Banco Central e do Ministério da Fazenda é essencial para reorganizar a ação de todo o Estado brasileiro. Na nova arquitetura, que propomos, o

Banco Central precisará trabalhar de forma articulada e solidária com o Tesouro Nacional para apoiar a execução orçamentária, ambos perseguindo objetivos combinados não só para a inflação – como hoje –, mas também para o emprego, a utilização da capacidade produtiva e o volume de crédito ofertado à economia real. Essa ação articulada deve assegurar que a economia seja irrigada com os fluxos monetários e financeiros necessários para conduzi-la, com relativa estabilidade de preços, a uma posição cada vez mais próxima do pleno emprego, ou seja, ao nível em que a produção realizada coincida com o uso do potencial produtivo existente.

19. Restabelecida a soberania sobre o espaço econômico nacional, e redefinida a arquitetura institucional, torna-se possível promover outras mudanças na política macroeconômica, a começar, é claro, pela redução substantiva dos juros.

Ao assumir a Presidência, em janeiro de 1995, Fernando Henrique Cardoso encontrou uma dívida pública interna de R\$ 65 bilhões; durante seus oito anos de governo, o custo de rolagem dessa dívida foi de R\$ 620 bilhões; no fim de seus mandatos, apesar das privatizações de empresas estatais e da elevação da carga tributária – que geraram recursos extras para o Estado –, a mesma dívida atingira R\$ 650 bilhões. Lula assumiu nessas condições, em janeiro de 2003; até maio de 2006, havia pago R\$ 420 bilhões aos credores. Mas a mesma dívida, hoje, ultrapassa R\$ 1 trilhão. **O comprometimento de recursos** fiscais com o pagamento de juros é crescente, não só em termos absolutos, mas também relativos: 6,48% do PIB durante o primeiro mandato de Fernando Henrique; 7,95% durante o segundo mandato; 8,24% durante os primeiros três anos do mandato de Lula. Em 2005 o montante de juros chegou a R\$ 157 bilhões, com o governo federal respondendo sozinho por R\$ 130 bilhões. Algo está errado: quanto mais pagamos, mais devemos, e o ritmo de crescimento da dívida supera de longe o crescimento da capacidade produtiva da economia nacional. *Esse processo desarticulou o Estado e está lançando a sociedade em uma crise sem precedentes.*⁵

⁵ A desproporção dos gastos com o serviço da dívida, em relação aos demais gastos do Estado, é chocante. No Orçamento da União em vigor, um mês de pagamento de juros corresponde ao dispêndio anual do Sistema Único de Saúde. Quinze dias correspondem ao gasto anual com educação. Dez dias, aos recursos alocados no programa Bolsa Família, que unificou quase todos os programas sociais anteriores. Um dia de pagamento de juros cobre com sobras o gasto previsto, no ano, para a construção de habitações populares. Um minuto corresponde à alocação anual de recursos com a defesa dos direitos humanos.

20. O principal argumento contra a baixa imediata da taxa de juros afirma que é necessário completar previamente o ajuste fiscal. Trata-se de um contra-senso. Significa condenar o país a um ajuste fiscal infinito, pois a única conta deficitária do Estado é, justamente, a conta de juros. Como os juros realimentam a dívida, eles, se permanecerem altos, sempre exigirão mais gastos futuros... com juros, que gerarão mais déficit... na conta de juros. *Não haverá ajuste fiscal sem queda dos juros, e a queda dos juros realiza automaticamente o ajuste fiscal* – eis o segredo de Polichinelo da macroeconomia brasileira. Enquanto as despesas financeiras permanecerem soltas, tratadas de forma irresponsável, o discurso da responsabilidade fiscal continuará sendo um engodo.

Caso o próximo governo aceite o caminho do ajuste fiscal infinito, está condenado a promover, nos próximos anos, um ataque selvagem às derradeiras conquistas sociais da Constituição de 1988, incluindo os direitos previdenciários e trabalhistas, pois as alternativas já se esgotaram. Não há mais espaços relevantes para aumentar a carga tributária, que está muito alta, nem para cortar investimentos, que estão abaixo do limite mínimo para a simples manutenção do que existe.

Se o próximo governo mantiver o atual modelo macroeconômico, como defendem o PT e o PSDB, isso colocará na ordem do dia, inevitavelmente, o aumento da desvinculação de receitas, o corte de despesas obrigatórias, a rediscussão de transferências constitucionais e a diminuição de gastos sociais que hoje estão protegidos pela condição de direitos. Apesar do silêncio dos candidatos desses partidos, as propostas estão na mesa, passando de mão em mão: aumento do superávit primário, elevação da Desvinculação das Receitas da União (DRU), diminuição dos benefícios previdenciários, reforma da legislação trabalhista.

Por isso, renova-se a ênfase no “déficit da Previdência”, no “alto custo do trabalho” e na necessidade de diminuir as despesas vinculadas. São análises bastante ridículas: a Previdência brasileira, tal como definida na Constituição, é grandemente superavitária; o custo do trabalho no Brasil é muito reduzido; e as despesas vinculadas são o último refúgio da cidadania contra a volúpia dos especuladores financeiros.

21. Os juros correspondem hoje a cerca de 25% dos gastos totais do Estado brasileiro. É uma anomalia internacional. Boa parte do mundo mantém taxas reais próximas de zero

(Inglaterra, 1,57%; Rússia, 1,27%; Chile, 0,44%; China, 0,29%) ou negativas (Estados Unidos, -1,09%; Zona do Euro, -1,89%; Japão, -2,6%; Argentina, -3,66%). *Não há outro motivo para as taxas brasileiras, a não ser o de promover uma colossal transferência de renda do mundo do trabalho e da produção para o mundo da especulação financeira.*

A despesa com juros é fortemente regressiva, do ponto de vista da distribuição de renda. Tem sido financiada com a elevação de uma carga tributária igualmente regressiva. Seja pelo lado do dispêndio, seja pelo lado da arrecadação, o Estado atua como elemento indutor da concentração de renda. Dada a maior dificuldade em conter despesas correntes, muitas das quais, até aqui, sujeitas a vinculações constitucionais, os cortes concentraram-se nos investimentos, que atingiram os menores patamares da história brasileira, criando sérios constrangimentos à retomada do crescimento.

Nesse contexto, a política fiscal também adquire caráter contracionista. A realização sistemática de superávits primários em torno de 4,5% do PIB representa uma esterilização de vultosos recursos. Pela tributação, retira-se poder de compra de segmentos sociais com alta propensão a consumir e, pelo pagamento de juros, transferem-se esses recursos aos detentores da dívida pública, que são aplicadores financeiros.

22. A queda dos juros é necessária para (a) recompor a capacidade de investimento do Estado, (b) permitir uma redistribuição funcional da renda nacional, com elevação da participação das rendas do trabalho, cadentes há pelo menos três décadas, (c) diminuir o custo de oportunidade do investimento privado, (d) diminuir a relação dívida / PIB, abrindo espaço para alongar o perfil da dívida e alterar a sua composição.

Restabelecidos os controles sobre movimentos externos de capital – e, portanto, eliminada a possibilidade de uma corrida do real para o dólar –, o Banco Central retomará a capacidade de fixar baixas taxas de juros, reduzindo-as sem dificuldade a um patamar compatível com a situação internacional, o equilíbrio das contas públicas e a retomada do crescimento econômico. Se o sistema financeiro recusar as taxas menores oferecidas, ameaçando deixar de comprar novos títulos públicos, o Banco Central comprará os títulos vincendos, injetando liquidez no mercado interbancário. Ao mesmo tempo, usará todos os recursos que a lei lhe faculta – são muitos – para controlar a movimentação dessa liquidez.

Os bancos terão de aceitar as novas taxas oferecidas, simplesmente porque não terão alternativas melhores para aplicar os recursos em caixa à sua disposição.

23. Isso não garante o início de um novo ciclo de crescimento. Será preciso estimular ativamente a demanda. Partindo-se de uma situação inicial marcada pelo alto desemprego e a queda da renda média do trabalho, com esgotamento dos mecanismos de endividamento da população, só há duas fontes autônomas de demanda, que não se excluem: as exportações e os gastos públicos.

A primeira vem sendo utilizada desde 2002, graças a uma conjuntura internacional excepcionalmente propícia, que não sabemos até quando durará. Talvez já esteja acabando. Independentemente disso, pelo menos dois fatores conspiram contra o desempenho externo da economia brasileira em médio prazo. O primeiro é a composição da nossa pauta de exportações, centrada basicamente em *commodities* agrícolas e industriais, produtos de baixa intensidade tecnológica e bens intensivos em trabalho e em recursos naturais. De todas as exportações brasileiras, 40% referem-se a produtos em decadência, que experimentam variações negativas no comércio mundial, e 19% a produtos em regressão, que ainda variam positivamente, mas abaixo da média. As importações, por sua vez, apresentam um padrão inverso, concentradas em produtos de média e alta intensidade tecnológica.

Essa inserção comercial desfavorável, muito vulnerável a inflexões de ciclo no comércio internacional, tem-se demonstrado bastante rígida, tanto em termos setoriais como em termos de intensidade tecnológica, o que mostra a crescente defasagem da economia brasileira no cenário internacional. *Depois de dezesseis anos de discurso neoliberal modernizante, temos uma economia muito mais atrasada, em relação à economia mundial atual, do que tínhamos em 1980, em relação à economia mundial daquela época.*

24. O segundo fator que conspira contra o nosso desempenho externo é a persistente apreciação do câmbio, que foi uma marca do governo Fernando Henrique até 1999 e voltou a ocorrer a partir de 2002. Não é verdade que ela decorra dos saldos comerciais, pois a

fixação do câmbio, na esfera das transações reais, deve expressar o resultado na conta-corrente – que é quase equilibrado –, e não, apenas, na balança comercial.

A distorção permanece porque *a determinação da taxa de câmbio passou a ser feita, basicamente, pelo circuito especulativo*. Os especuladores vendem posições futuras em dólar e compram posições presentes em juro, apostando na apreciação do real. O Banco Central sanciona esses movimentos, interessado em atingir as metas de inflação. E as filiais de empresas multinacionais aproveitam para remeter grandes quantidades de recursos às matrizes; os altos lucros que obtêm no Brasil, basicamente em operações financeiras, não se transformam em investimentos locais, por insuficiência de demanda. As empresas de infra-estrutura que foram desnacionalizadas não só torcem para que o movimento de apreciação da moeda siga em frente, como usam seu poder de operar nas finanças globais para garantir esse resultado, que aumenta suas remessas de lucros. Forma-se, assim, a grande aliança que conspira pela permanente apreciação do câmbio, deformando o sistema de preços relativos, contra a economia real.

Um período prolongado de valorização cambial, em um contexto de abertura comercial, provoca profundo impacto negativo na economia de qualquer país. A cadeia produtiva dos setores intensivos em tecnologia e capital perde densidade, pois neles os riscos do investimento são mais elevados. A estrutura produtiva regride. A indústria, como um todo, tende a concentrar-se mais na finalização de produtos, pois nesses casos os componentes importados são quase iguais ao produto final.

A combinação de taxas de câmbio valorizadas e de passivos externos líquidos elevados é a receita do desastre anunciado.

25. O destino das contas externas brasileiras não pode continuar nas mãos dos capitais voláteis. Sem uma taxa de câmbio competitiva, a economia brasileira não crescerá. Se essa taxa não for relativamente estável e minimamente previsível, continuará sendo impossível realizar o cálculo econômico.

Com a diminuição (e, no limite, eliminação) da cobertura cambial às exportações, recentemente anunciada, os fluxos de dólares gerados pelo comércio passarão a se subordinar às mesmas variáveis que comandam os fluxos de capitais, especialmente o

diferencial de juros e a expectativa de valorização cambial. O circuito da especulação será ampliado.

A flutuação administrada do câmbio, em torno da taxa de equilíbrio – aquela que garante máxima utilização da capacidade produtiva com equilíbrio no balanço de pagamentos –, diminuindo sua volatilidade, representaria um poderoso estímulo às atividades produtivas brasileiras. Essa nova política cambial não terá impacto inflacionário, pois a estabilidade monetária não depende do nível em que está colocada a taxa de câmbio; só é influenciada pela sua variação, realizada ou esperada. O período de transição é que precisa ser monitorado.

26. As exportações brasileiras são muito concentradas em grandes empresas, especialmente filiais de multinacionais que já atuam tradicionalmente no comércio exterior. Elas foram responsáveis por 75% do crescimento das exportações entre 1998 e 2004. *No primeiro semestre de 2006, apenas 69 grandes empresas realizaram 52% de todas as vendas externas do país.* O modelo exportador beneficia poucos. Tem baixo efeito multiplicador sobre o conjunto da economia.

A demanda externa, embora importante para o equilíbrio do balanço de pagamentos, tem também um efeito relativamente pequeno na geração líquida de emprego, como se viu nos últimos anos. Pois o emprego não varia conforme a totalidade das exportações, nem mesmo do superávit comercial; ele depende do resultado em conta-corrente, no qual, por motivos estruturais, o Brasil não poderá obter ganhos muito expressivos em curto prazo.

O foco de uma política de redução do desemprego e de promoção do pleno emprego tem de ser o aumento da demanda interna, cujo impulso inicial só pode vir do aumento do dispêndio público não inflacionário. A macroeconomia clássica diz que esse dispêndio deve ser deficitário. No caso brasileiro atual, não é necessário que seja assim. Basta obter equilíbrio orçamentário nominal, baixando a taxa de juros, o que reforça o caráter não inflacionário da proposta.

A idéia de que o governo deve ser sempre superavitário não encontra respaldo em macroeconomia. É fácil entender por quê: superávit no setor público é a contraface contábil de um déficit na sociedade. Se o governo recebe mais do que gasta, os agentes privados – empresas e famílias –, na sua relação com o governo, gastam mais do que recebem. Se, ao

contrário, o governo gasta mais do que recebe, os agentes privados recebem mais do que gastam. Ambas as situações têm vantagens e desvantagens. Por isso, contas públicas em superávit ou em déficit são receitas legítimas, dependendo da conjuntura econômica. *O Brasil, porém, escolheu o pior dos mundos*: tem superávit primário (a sociedade tem déficit na relação com o Estado) e déficit nominal (os rentistas têm superávit ainda maior na relação com o Estado).

27. A queda nas taxas de juros liberará recursos que estão presos no superávit primário. No nível praticado hoje, esse superávit significa que o governo retira da economia cerca de R\$ 90 bilhões por ano, para pagar parte dos juros da dívida (a outra parte é incorporada ao principal, e por isso a dívida não pára de crescer). O primeiro efeito é produzir uma transferência de renda dos pobres, os maiores pagadores de impostos, para os ricos, que detêm os títulos da dívida. Como esses títulos têm a mesma liquidez da moeda, sendo negociados diariamente no *over*, podemos chamá-los de “moeda financeira”.

Nossa economia funciona com dois tipos de moeda: a moeda comum, à qual todos têm acesso e que se desvaloriza conforme a taxa de inflação; e a moeda financeira, que rende juros muito acima da inflação. Só os mais ricos e os bancos têm acesso a esta última. Esta anomalia, até onde sabemos, não existe em nenhum outro país. É, de longe, o principal mecanismo de concentração da renda nacional.

O dinheiro (moeda comum) trocado por títulos (moeda financeira) também não é investido pelo Estado. O Banco Central o esteriliza, diminuindo a circulação dos meios de pagamento. Garante ganhos extraordinários aos aplicadores financeiros, enquanto comprime o crédito, provoca baixo crescimento e aumenta o desemprego. Fases de recuperação da atividade são logo abortadas. A resultante é uma reiterada tendência ao baixo crescimento quando se observam séries mais longas.

28. Essa engrenagem precisa mudar. Na seqüência de uma nova política fiscal-monetária, o mercado monetário será progressivamente descolado do mercado financeiro, separando-se, por um gradiente de taxa de juros, o que é moeda virtual e o que é poupança genuína, com regras próprias de recurso à liquidez. Feito isso, sustentando-se baixas taxas de juros e retomando o crescimento econômico, pode-se perder o medo da dívida pública. Ela é um

recurso legítimo dos Estados nacionais, e por isso existe no mundo todo. Gastos de hoje beneficiam as gerações futuras, e é justo que elas repartam os custos com as gerações atuais. Além disso, a dívida pública tem uma importante função macroeconômica, como reguladora da liquidez. O Brasil não precisa repudiá-la, mas retomar o controle sobre ela, diminuindo o seu custo de rolagem e alterando o seu perfil.⁶

29. Os R\$ 90 bilhões anuais, hoje esterilizados no superávit primário, precisam ser usados para financiar dispêndio público em educação, saúde, habitação popular, reforma agrária, agricultura, saneamento, infra-estrutura, segurança e defesa. Milhões de empregos diretos poderão ser criados assim. Com o aumento das compras governamentais e da massa salarial, outros milhões de empregos se seguirão no setor privado. O financiamento disso, como vimos, não é intrinsecamente inflacionário, pois não se trata de emissão primária de moeda. Trata-se de dinheiro que foi retirado da sociedade por meio de impostos.

A expansão dos serviços públicos não obedece apenas a um imperativo social. Ao contrário do comércio, dos bancos, das fábricas e da agricultura empresarial, que incorporaram regras “industriais” de divisão do trabalho, com automação dos procedimentos, os serviços não vinculados à produção – como educação, saúde, habitação popular, saneamento e segurança, tipicamente prestados pelo Estado – permanecem intensivos em trabalho. Como a urbanização aumenta a demanda por esses serviços, tanto em termos absolutos como relativos, abrem-se por essa via enormes possibilidades de expansão do emprego. Se em vez de 50 alunos em cada sala de aula tivermos 25, o ensino será de melhor qualidade e dois professores trabalharão no lugar de um. Se quisermos prover saúde pública de qualidade e terceira idade decente para todos, milhares de profissionais, de todos os níveis, serão requisitados. Espalhar saneamento é melhorar a qualidade de vida e disseminar trabalho.

Para os que acham que isso incharia a máquina do Estado, basta lembrar que o emprego público corresponde a apenas 8,5% do emprego total no Brasil. Nos Estados Unidos ele corresponde a 16%; na França, a 27%.

⁶ Cerca de 40% dos títulos vencem em menos de um ano, e quase toda a dívida vence em dois anos. É essencial alongar esses prazos, pois quanto maior é a velocidade com que os investidores privados podem alterar a composição de suas carteiras, tanto menor é a capacidade de o governo administrar a dívida.

30. Removidos os obstáculos da política monetária, a retomada do crescimento exigirá a combinação de três elementos dinâmicos: (a) investimentos públicos em serviços e em infra-estrutura, que desempenham o papel de gasto autônomo e removem gargalos, aumentando a competitividade sistêmica; (b) consumo das famílias, que responde por 60% do PIB e representa o elemento endógeno necessário para conferir estabilidade ao novo ciclo; (c) exportações, que também desempenham o papel de gasto autônomo e ajudam a remover restrições externas.

Isso significa romper com a visão dominante de política econômica. Segundo ela, a única contribuição que essa política pode dar ao crescimento é assegurar uma inflação baixa. O aumento da taxa potencial de crescimento da economia brasileira, ela diz, só pode ser obtido por meio de ganhos microeconômicos e de reformas institucionais, em geral para definir marcos regulatórios mais favoráveis ao capital. Desconsidera-se, assim, a influência da taxa de juros nas decisões de investimento das empresas e no crescimento de longo prazo.

Para aumentar a taxa potencial de crescimento da economia brasileira para 6% a 7% ao ano, supondo constantes os valores da relação capital / produto e da taxa de depreciação do estoque de capital, será necessário elevar a taxa de investimento para cerca de 26% do PIB. Isso significa aumentar a formação bruta de capital fixo em, pelo menos, 7% do PIB, em relação aos níveis atuais. *No início, isso depende crucialmente da retomada do investimento público, pois as empresas privadas têm de se adaptar ao ciclo econômico, não podem desafiá-lo.*

Hoje, o Banco Central age para que nada disso aconteça. Para justificá-lo, nos apresenta um raciocínio perfeitamente circular. Mantém altos os juros para que a taxa “saudável” de crescimento, fixada em 3,5%, não seja ultrapassada. Mas não leva em conta que as elevadas taxas de juros deprimem, elas mesmas, a formação bruta de capital fixo, pois nesse contexto poucos projetos mantêm-se economicamente viáveis. Assim, a ação do próprio Banco Central contribui para reduzir a taxa potencial de crescimento da economia. A profecia realiza a si mesma.

31. Um dos subprodutos do baixo crescimento crônico é a desorganização do mercado de trabalho, com a manutenção de um desemprego elevado, que atinge especialmente os

jovens. Entre 1999 e 2004, a economia cresceu 14,5% (variação média de 2,7% ao ano), enquanto a taxa de investimentos, como proporção do PIB, diminuía sensivelmente. Por isso, a recuperação do emprego ocorreu fundamentalmente por meio de ocupação da capacidade ociosa. Nesse contexto, criam-se principalmente postos com baixa remuneração. Muitas vezes isso ocorre sob o estímulo da elevação da rotatividade do trabalho, com substituição de um posto de trabalho mais bem remunerado pela contratação de empregados com salários menores. A rotatividade aumentou 14% em período recente, e a metade dos empregados, em todo o país, tem menos de dois anos de emprego. A má qualidade da inserção internacional também contribui para isso. Nosso mercado de trabalho especializou-se em gerar postos de vínculo precário, de baixa produtividade e de baixa remuneração. *O trabalho qualificado está desaparecendo da economia brasileira.* Não é possível exagerar as conseqüências disso para o futuro do país.

32. Não é verdade que o Estado tenha ficado menor no período de hegemonia neoliberal. Depende do ponto de vista. O gasto com investimento, é verdade, caiu de 1,4% para 0,4% do PIB nos últimos oito anos, ficando abaixo da taxa de reposição. Mas a arrecadação de tributos e os gastos da União cresceram pelo menos 9% do PIB, por causa das despesas financeiras.

A retomada do crescimento também abrirá espaço para uma diminuição relativa da carga fiscal. Depois de um aumento brutal dessa carga entre 1998 e 2006, são compreensíveis as demandas para que ela seja reduzida. Porém, sem alterações na política monetária, essa medida provavelmente não produziria aumento do gasto ou do investimento privado, favorecendo o emprego. Sem queda da taxa de juros básica, um programa de redução tributária poderia ter um paradoxal efeito contracionista, pois empresas e famílias tenderiam a desviar sua renda adicional para o *over*, aumentando a dívida interna. O resultado sobre a demanda agregada seria desprezível; sobre as contas públicas, seria negativo. No contexto brasileiro atual, só faz sentido reduzir a carga tributária, em termos relativos, por efeito do próprio crescimento econômico, pelo menos até obtermos uma queda substancial nas taxas de desemprego.

Com crescimento, torna-se possível diminuir progressivamente a carga, como proporção do PIB, sem afetar a capacidade de gastos do setor público que, como vimos,

será o componente decisivo na retomada do crescimento. Se a economia crescer 7% ao ano durante cinco anos seguidos e a carga tributária aumentar, em termos absolutos, em 2% ao ano, ritmo pouco superior ao crescimento populacional, ela cairá, em termos relativos, dos atuais 37% para 28% do PIB. Também a relação dívida / PIB cairá rapidamente. Será necessário, tão-somente, manter-se um equilíbrio fiscal nominal, objetivo fácil de ser atingido no novo contexto.

33. Com taxas de juros mais baixas, muitas outras decisões de investimento em ampliação da capacidade produtiva serão viabilizadas, aumentando a formação bruta de capital fixo e, junto com ela, como vimos, a taxa de crescimento potencial da economia. Nesse processo, podem ocorrer tensões inflacionárias localizadas e temporárias, decorrentes do hiato entre as decisões de investimento e o aumento subsequente da capacidade produtiva. Pressões desse tipo são admissíveis em qualquer processo de desenvolvimento.

Não haverá, porém, crise inflacionária. Não tem sentido imaginar que o Brasil possa ingressar em uma crise desse tipo, em um mundo em que as taxas de inflação são muito baixas, com tendência à deflação. O grau de interligação das economias e os instrumentos à disposição do Banco Central impedem isso.

A política antiinflacionária será alterada. Em uma economia aberta, com câmbio flutuante e preços fundamentais em regime administrado, apenas um pequeno grupo de preços – os concorrenciais e destinados exclusivamente ao mercado interno – reage ao aumento de juros como arma de controle inflacionário (mesmo nesse caso, a eficácia dos juros é controversa). Por isso, o controle da inflação por meio, basicamente, da taxa de juros é muito imperfeito, tem efeitos colaterais indesejados e, no caso brasileiro, exige sempre uma *overdose*. A inflação brasileira é fundamentalmente de custos, e não de demanda. Pode ser inteiramente explicada por choques de oferta e pela inércia trazida pelos contratos indexados.

As *commodities* e os setores que têm preços administrados representam 69% do IPCA, adotado como referência para fixar e apurar as metas de inflação. Como as *commodities* variam com o câmbio, os preços administrados são regulados pelo governo e o segmento oligopolizado é capaz de defender seu *mark-up*, a política antiinflacionária baseada na contração da demanda tem de deprimir, de forma desproporcional, os preços

concorrenciais. Isso se faz com altas doses de juros (deixaremos de lado o fato bizarro de que, para perseguir suas metas, o Banco Central baseia-se em pesquisas de opinião realizadas com analistas de bancos, justamente os que têm muito a ganhar com taxas de juros mais elevadas). A baixa inflação, assim obtida, reflete uma média que esconde uma altíssima dispersão de preços, a qual penaliza as empresas que atuam em mercados não oligopolizados e produzem para o mercado interno.

A recuperação de graus de liberdade na operação da política cambial, a desindexação do reajuste das tarifas públicas e uma ativa política de rendas serão muito mais efetivas para controlar a inflação do que o atual regime de metas, que sobrecarrega a política monetária. E, em um contexto de retomada do crescimento e redução da relação dívida / PIB, o controle da liquidez também poderá ser feito com a utilização de políticas de *open market*, sem desencadear os efeitos colaterais que conhecemos. Em uma etapa subsequente, se aparecerem pressões inflacionárias de demanda, resultantes do próprio crescimento, poderemos recompor um superávit, sem aumento da carga tributária, ao estilo de uma política macroeconômica anticíclica.

34. Por meio de mil e um expedientes, o governo Lula está tentando demonstrar que a acumulação financeira desenfreada é social e politicamente sustentável. Não é. O reiterado anúncio de que o Brasil entrou em uma nova fase de crescimento é uma farsa. Em primeiro lugar, não há crescimento, pois a renda *per capita* continua virtualmente estagnada. Em segundo, o que aí está não se sustentará.

Desde meados de 2002 até hoje, a única fonte estável de estímulo à nossa economia têm sido as exportações, impulsionadas por um ciclo extremamente favorável no comércio internacional. *As restrições estruturais ao nosso crescimento permanecem inalteradas:* demanda interna reprimida, baixíssimo investimento público, infra-estrutura precária, crédito caro, pequenas escalas de produção, crescente concorrência de outras economias em ascensão, câmbio apreciado e volátil. Nesse contexto, são inócuas – quando não, simplesmente, mal-intencionadas – as propostas de marcos regulatórios mais favoráveis ao capital, de parcerias público-privadas e outras invencionices. *Não há risco jurisdicional ao investimento no Brasil. O risco é de natureza econômica e decorre dos fundamentos do modelo neoliberal.*

No plano interno, a principal novidade foi o aumento do crédito de consumo para as famílias, por meio do crédito consignado. Cerca de 80% dos usuários dessa modalidade de crédito foram aposentados e funcionários públicos, o que reduz praticamente a zero o risco das operações. Mesmo assim, elas têm sido feitas com taxas de juros extorsivas: 2,9% ao mês, ou 40% ao ano. A ampliação do crédito, como se sabe, se esgota rapidamente quando os juros são muito superiores ao crescimento da renda.

Como os ciclos da economia internacional se transmitem com muita intensidade para dentro da economia brasileira atual, nos momentos de baixa desses ciclos não resta, hoje, nenhum componente de demanda agregada capaz de sustentar o nosso crescimento. *A recuperação da capacidade de investimento público e a elevação dos rendimentos do trabalho são essenciais para se formar um eixo dinâmico endógeno a partir da demanda doméstica, decisivo em uma estratégia de longo prazo.* Só o crescimento firme do mercado interno e o aumento substancial da qualificação do trabalho realizado no Brasil poderão alterar esse quadro.

35. Deve ser realizada uma auditoria do processo de endividamento que conduziu o Estado brasileiro à maior crise de sua história e paralisou a nossa economia nos últimos 25 anos. *A Constituição em vigor exige isso, no que diz respeito ao endividamento externo, e há muito a conhecer ainda.* O impacto da elevação unilateral das taxas de juros, na década de 1980, determinou o estoque das dívidas brasileiras até hoje. Em 1978, a dívida externa era de US\$ 58 bilhões. Até 2005, pagamos US\$ 241,7 bilhões a mais do que recebemos em empréstimos, e, mesmo assim, a dívida persistia. Caso as taxas de juros tivessem sido mantidas em, no máximo, 6% ao ano desde 1978, como era o padrão desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os juros e amortizações pagos desde então – já descontados os novos empréstimos – teriam quitado a dívida em 1989. As transferências líquidas para o exterior, realizadas desde então, nos tornariam credores de US\$ 211,8 bilhões, na atualidade.

Nenhum contrato de endividamento firmado durante os governos militares contou com a aprovação do Senado; juros flutuantes incidiam sobre 92% do valor financiado; cláusulas de renúncia à soberania, com a definição de foro estrangeiro para a resolução de litígios, incidiam sobre 49% da dívida; e 38% dos recursos obtidos obrigavam o Brasil a

adotar condicionalidades macroeconômicas do Fundo Monetário Internacional ou do Banco Mundial. Muitos desses contratos foram condicionados também à aquisição de produtos específicos e de fornecedores predeterminados. Outros previam a cobrança de juros anuais sobre as parcelas ainda não desembolsadas dos empréstimos. Tudo isso tem de ser examinado de forma madura, à luz de outras experiências e da legislação brasileira e internacional, para que a Nação conheça a verdade e retire lições para o futuro.

Por desconhecer essa trajetória, o Brasil continua a incorrer nos mesmos erros: o governo Lula acaba de lançar novos títulos externos que contêm cláusula de renúncia à soberania brasileira, o que fere frontalmente a Constituição.

C) Síntese do novo ciclo proposto

36. A nova política macroeconômica pode ser assim sintetizada: (a) restabelecer controles sobre entrada e saída de capitais, para que essa movimentação não desarticule, nem ameace desarticular, a economia nacional; isso não exige nenhuma alteração de natureza legal; (b) redefinir a arquitetura institucional em que a política econômica se realiza, para que o Orçamento seja, finalmente, uma peça de planejamento democrático dos gastos públicos, e para que o Banco Central atue de forma solidária com o conjunto do Estado brasileiro, tendo em vista três objetivos: relativa estabilidade de preços, crescimento econômico e busca do pleno emprego; (c) reduzir rapidamente a taxa de juros para níveis compatíveis com a realidade internacional, o equilíbrio das contas públicas e a retomada do crescimento econômico; (d) conter a influência dos circuitos especulativos sobre a taxa de câmbio, tornando-a menos volátil e mantendo-a tão próxima quanto possível do nível adequado para garantir equilíbrio nas contas externas e utilização plena da capacidade instalada; (e) usar a folga fiscal, criada pela queda das despesas com juros, para financiar de forma não inflacionária um programa de investimentos em infra-estrutura e serviços essenciais; (f) usar a folga fiscal também para renegociar dívidas de estados e municípios, de modo a fortalecer a Federação; (g) eliminar a indexação em preços administrados pelo próprio Estado, principal fonte remanescente de inflação.

37. A gestão macroeconômica abre um caminho de transição a um outro modelo de economia e de sociedade. Sua função é, antes de tudo, resgatar a nossa capacidade de fazer política econômica para retomar, em novas bases, a construção da Nação.

Nosso problema econômico mais relevante, no curto prazo, é conciliar crescimento e distribuição. *O elo entre ambos é o mercado interno.* A consolidação desse mercado como um elemento dinâmico é a nova face fundamental da questão nacional, marcada em décadas anteriores pela defesa dos recursos naturais e a opção industrializadora. É o aspecto central de um novo ciclo de desenvolvimento econômico.

Três diretrizes gerais decorrem dessa orientação: (a) aumentar a produtividade média (e não, principalmente, a produtividade marginal) do trabalho; (b) reter em nosso espaço econômico a maior parte possível da riqueza gerada; (c) distribuir essa riqueza da forma mais equitativa possível.

38. Terminamos este documento apresentando, explicitamente, os cinco compromissos fundantes deste novo projeto:

(a) *O compromisso com a soberania.* Ele representa a nossa determinação de dar continuidade ao processo de construção nacional, buscando recuperar para o Brasil um grau suficiente de autonomia decisória;

(b) *O compromisso com a solidariedade.* Ele nos diz que essa continuidade deve se dar em novas bases, voltada para a edificação, pela primeira vez em nossa história, de uma nação de cidadãos, eliminando-se as chocantes desigualdades na distribuição da renda, da riqueza, do poder e da cultura;

(c) *O compromisso com o desenvolvimento.* Ele expressa a decisão de pôr fim à tirania do capital financeiro e à nossa condição de economia periférica;

(d) *O compromisso com a sustentabilidade.* Ele estabelece uma aliança com as gerações futuras, pois se refere à necessidade de inventarmos um novo conceito de desenvolvimento, adequado ao ambiente de uma grande nação tropical, formada por diferentes biomas; um desenvolvimento que valorize as pessoas e seja amigo da natureza;

(e) *O compromisso com a democracia ampliada.* Ele aponta para a refundação do sistema político brasileiro em novas bases, amplamente participativas e verdadeiramente

plurais, nas quais se incluem a ampliação dos espaços públicos e o resgate da função pública em todos os níveis.

Esses compromissos são solidários entre si. Não podem ser dissociados. Constituirão uma permanente fonte de inspiração para nós. Para retirar o Brasil da crise, mobilizar os brasileiros e iniciar a construção de uma sociedade livre, solidária e justa.